

O túnel da dívida

O Brasil pode até não estar ainda na véspera de felicidade geral de que falava o Presidente da República em sua última "Conversa ao Pé do Rádio", quando um fabuloso encaminhamento na negociação da dívida externa já iria permitir aos habitantes deste País vislumbrar o foco de luz no final do túnel da crise social e econômica, mas existem sólidos motivos para contar, pelo menos, com um final feliz nas atuais conversações com credores internacionais.

A presença do presidente José Sarney no plenário da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, dentro de uma semana, poderá coincidir com o fechamento da renegociação com os bancos estrangeiros de alguma coisa em torno de setenta bilhões de dólares da dívida em Washington, segundo a expectativa dos negociadores brasileiros.

Com a volta a Washington da missão do Fundo Monetário Internacional que esteve em Brasília, a cúpula do organismo recebe um relatório de seus funcionários sobre o panorama econômico brasileiro, ao qual se junta o programa de ajustamento da dívida para este e o próximo ano — que é quase o mesmo que o presidente Sarney apresentou aos governadores na reunião com eles mantida há duas semanas.

A partir desses documentos, fecha-se a renegociação com a adesão ao novo protocolo dos quase setecentos bancos estrangeiros credores do Brasil, embora alguns dos estabelecimentos menores possam hesitar em assumir o mesmo nível de risco que enfrentam os maiores ao conceder mais empréstimos ao principal devedor do planeta.

Se tudo correr assim, como esperam os negociadores, ainda em junho o processo estará concluído, com a liberação, no máxi-

mo em julho, de uma primeira parcela de um bilhão e meio de dólares. A ela se juntariam, a partir de agosto, mais seis parcelas de 250 milhões de dólares cada uma, dependendo de o Brasil cumprir as metas trimestrais.

Enfim, o Governo brasileiro, depois de fazer algumas concessões ao FMI, acredita ter sob controle a questão da dívida externa, mas o deslanche do cronograma depende ainda de alguma coisa, a começar pela votação do mandato do atual Presidente da República pela Assembleia Constituinte, como está claro no cronograma estabelecido com o Fundo.

Se se confirmarem os cinco anos para Sarney, tudo bem, já que o programa de ajustamento inclui 1989. Porém, se seu período ficar em quatro anos há o risco de que o próximo governo rompa o acordo com o FMI, o qual, inclusive, seria um prato especial no cardápio do debate sucessório. O receio em relação ao rompimento explicaria a cautela de alguns bancos em aderir ao acordo.

Como, no entanto, parece certo que o presidente Sarney terá mesmo mais cautela dois anos, cabe ao seu governo administrar também com o novo acordo e seus produtos. As concessões feitas pelo Governo ao FMI não justificam muita euforia com o fechamento do negócio.

O Brasil continuará na condição de maior devedor do mundo, título que ninguém lhe arrebatara ainda por algum bom tempo. Por tudo isso, exige-se austeridade na administração da economia. Para a próxima temporada de felicidade geral, mais que nunca é preciso trabalhar. Com seriedade e afinco.

Crime ao volante

De uns dias para cá, torna-se visível, na cidade, alguma alteração positiva no trânsito de Brasília, notadamente nas pistas principais do Plano Piloto. Essa melhoria no tráfego caótico do Distrito Federal é uma consequência imediata do policiamento ostensivo através de guardas e viaturas colocados em pontos estratégicos da cidade.

Mas é preciso que as autoridades, sobretudo o Detran, continuem atentas, pois ainda há muita coisa a corrigir. E, ao que parece, para a maioria dos condutores de veículos motorizados só mesmo a repressão policial. Respeito ao sinal vermelho, por exemplo, só se o guarda está à vista,

com seu talonário de multas na mão. Se não há um agente da lei nas imediações, os abusos aumentam.

Como a solução policial parece dar resultados, é louvável a providência paralela do Conselho Nacional de Trânsito, que decidiu propor que as violações no tráfego sejam consideradas como crime: os abusos no trânsito seriam objetos de capitulação no Código Penal. Eis aí uma solução complementar que, por enquanto, pode deter a fúria homicida de certos motoristas — até que a educação cumpra nestes pais sua ampla função civilizadora. É triste, porém, quando a educação e a urbanidade não funcionam, tornam-se imperativas a presença policial e a inflexibilidade da Lei.